

ENTRE O REAL E O IDEAL: VIVÊNCIAS EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM PERNAMBUCO

BETWEEN REALITY AND IDEALITY: EXPERIENCES IN A SOCIO-EDUCATIONAL SERVICE CENTER IN PERNAMBUCO

ENTRE LA REALIDAD Y LA IDEALIDAD: EXPERIENCIAS EN UN CENTRO DE SERVICIO SOCIOEDUCATIVO DE PERNAMBUCO

Lucas Gonçalves da Silva¹
Francinete Costa de Souza²
Milena Ferreira Lima³
Larissa Lauane de Santana Silva⁴

DOI: 10.5281/zenodo.17469970

RESUMO

Faz-se crucial examinar os desafios de atuação do estudante e profissional da psicologia dentro do contexto do sistema de medidas socioeducativas brasileiro, de forma a destacar possibilidades e caminhos interventivos que possibilitem ações terapêuticas aos sujeitos ali presentes. Ainda, a academia carece de discussões acerca das vivências subjetivas que ocupam os espaços marginalizados e estigmatizados da sociedade. Desse modo, este estudo se propõe a relatar a experiência de estágio básico vivenciada por alunos do quarto período do curso de Psicologia durante a execução de uma intervenção por meio de uma gincana no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), localizado no município de Petrolina-PE. Realizaram-se quatro encontros durante um mês de atividades. Obtiveram-se resultados positivos, com o engajamento dos participantes e a promoção de reflexões acerca de seus papéis sociais. Com isso, busca-se provocar discussões acerca da efetividade das medidas socioeducativas no estado de Pernambuco, além de promover reflexões sobre as possibilidades de cuidado dentro desses ambientes.

¹ Graduando do curso de psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, Pernambuco, Brasil. Integra o Laboratório de Estudos sobre Desenvolvimento Infante/juvenil e Processos Sociointerativos - LEDIPSI, no qual desenvolve pesquisas de iniciação científica. <https://lattes.cnpq.br/3924942548416030>

E-mail (autor correspondente): lucas.goncalves@discente.univasf.edu.br

² Graduanda do curso de psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, Pernambuco, Brasil. Integra o Grupo de Estudos em Psicologia do Esporte e do Exercício - GEPEEX, no qual desenvolve pesquisas de iniciação científica. <https://lattes.cnpq.br/1872917857030844>
E-mail: francinete.souza@discente.univasf.edu.br

³ Graduanda do curso de psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, Pernambuco, Brasil. Atua como extensionista em ações no contexto judicial/prisional, no projeto "Saúde na Prisão: uma proposta de promoção de saúde em unidades femininas". <https://lattes.cnpq.br/3345337712568032>

E-mail: milena.ferreira@discente.univasf.edu.br

⁴ Graduanda do curso de psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, Pernambuco, Brasil. Integra a Liga Acadêmica de Psicologia da Saúde - LIAPS, na qual desempenha atividades de extensão e produção científica. <https://lattes.cnpq.br/2948151746961539>
E-mail: larissa.lauane@discente.univasf.edu.br

Palavras-chave: Medidas socioeducativas; Jovens; Psicologia.

ABSTRACT

It is crucial to examine the challenges faced by psychology students and professionals within the context of the Brazilian socio-educational measures system, aiming to highlight possibilities and intervention paths that support therapeutic actions with the individuals served. Furthermore, academic discussions about the subjective experiences of those who occupy marginalized and stigmatized spaces in society remain scarce. Thus, this study aims to report the basic internship experience of fourth-semester Psychology students during an intervention conducted through a recreational gincana at the Socio-Educational Service Center (CASE) of the Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE), located in Petrolina-PE. Four sessions were held over the course of one month, yielding positive outcomes, as evidenced by participant engagement and the promotion of reflections on their social roles. In this way, the study seeks to foster discussions on the effectiveness of socio-educational measures in the state of Pernambuco, as well as reflections on the possibilities for care within these environments.

Keywords: Socio-educational measures; Youth; Psychology

RESUMEN

Es crucial examinar los desafíos que enfrentan los estudiantes y profesionales de psicología en el contexto del sistema brasileño de medidas socioeducativas, con el objetivo de destacar las posibilidades y las vías de intervención que apoyan las acciones terapéuticas con las personas atendidas. Además, las discusiones académicas sobre las experiencias subjetivas de quienes ocupan espacios marginados y estigmatizados en la sociedad siguen siendo escasas. Por lo tanto, este estudio tiene como objetivo informar sobre la experiencia básica de prácticas profesionales de estudiantes de Psicología de cuarto semestre durante una intervención realizada a través de una gincana recreativa en el Centro de Servicios Socioeducativos (CASE) de la Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE), ubicado en Petrolina-PE. Se realizaron cuatro sesiones a lo largo de un mes, con resultados positivos, como lo demuestra la participación de los participantes y la promoción de reflexiones sobre sus roles sociales. De esta manera, el estudio busca fomentar el debate sobre la efectividad de las medidas socioeducativas en el estado de Pernambuco, así como la reflexión sobre las posibilidades de atención en estos entornos.

Palabras clave: Medidas socioeducativas; Jóvenes; Psicología.

CONTEXTO DA INTERVENÇÃO

A Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) é uma entidade vinculada ao Governo do Estado de Pernambuco, Brasil, estabelecida para executar medidas socioeducativas para adolescentes e jovens em conflito com a lei (Pernambuco, 2020). O órgão, responsável pelo atendimento do público jovem sob medida socioeducativa de restrição e/ou privação de liberdade, tem suas raízes no antigo Serviço Social do Menor, instituição voltada à assistência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Estado de Pernambuco,

que, durante o regime militar, viria a ser a Fundação do Bem Estar do Menor (Febem). Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e a mudança da Doutrina da Situação Irregular para a efetivação e a universalização da Doutrina Sociojurídica da Proteção Integral, surge, em 2008, a Funase (Pernambuco, 2020).

A fundação tem como missão reintegrar socialmente esses jovens, oferecendo programas que visam à educação, qualificação profissional e suporte psicológico e social, operando uma rede de 21 unidades distribuídas pelo estado, incluindo Unidades de Atendimento Inicial (Uniai), Centros de Atendimento Socioeducativo (Case), Centros de Internação Provisória (Cenip) e Casas de Semiliberdade (Casem) (Pernambuco, 2020).

Nessa perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico, destaca o âmbito pedagógico como um dos princípios da fundação, cuja educação deve ser emancipadora e construída de maneira coletiva. Com isso, adotam-se três dimensões: Dimensão como Pessoa (Educação para Valores), Dimensão como Cidadão (Protagonismo Juvenil) e Dimensão como Futuro Profissional (Cultura da Trabalhabilidade) (Pernambuco, 2020).

Ao se tratar de adolescentes em conflito com a lei, os principais marcos regulatórios para as políticas públicas destinadas a isso são o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), sendo esse um subsistema do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

O inciso XI do artigo 124 do ECA (Brasil, 1990), dispõe acerca da obrigatoriedade escolar como um dos direitos dos adolescentes privados de liberdade, salientando o caráter pedagógico como ponto fundamental da estrutura socioeducativa brasileira. Costa, Brasil e Ganem (2017) argumentam que a mudança da terminologia do serviço para “socioeducação” para se remeter às práticas de trabalho realizadas com tais sujeitos já evidencia um conceito pedagógico imbricado na concepção do sistema.

Ainda, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda, 2006), ao tratar da gestão pedagógica no atendimento socioeducativo, afirma que:

O adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. Ele deve desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem-comum, aprendendo com a experiência acumulada individual e social, potencializando sua competência pessoal, relacional, cognitiva e produtiva (CONANDA, 2006, p. 46).

Com isso, explicita-se a importância do âmbito pedagógico dentro do sistema socioeducativo brasileiro, que deve fornecer aos jovens algumas das ferramentas necessárias para cumprir a medida e reinserir-se na sociedade. Contudo, entende-se que a oferta desses dispositivos pode ser limitada e precária, com baixa oferta de atividades educativas e de lazer, escassez de material e profissionais (Costa; Alberto; Silva, 2019), além da falta de técnicas que tornem a educação atrativa, ocasionando no baixo engajamento dos jovens. Assim, mantém-se um sistema de privação, ao contrário de socioeducação, impossibilitando a emancipação dos jovens do lugar de opressão que ocupam. Esse fato pode, inclusive, ser relacionado aos níveis de reincidência do sistema socioeducativo (Padovani; Ristum, 2013)

A atuação do psicólogo em contextos socioeducativos com crianças e adolescentes em conflito com a lei exige sensibilidade, postura ética e compromisso com a garantia de direitos. Trata-se de um campo marcado por múltiplas vulnerabilidades, em que a prática psicológica precisa articular escuta, crítica social e ações integradas. Mais do que intervir sobre comportamentos isolados, é fundamental reconhecer que os adolescentes não podem ser reduzidos ao ato infracional, mas precisam ser compreendidos em sua história, nas condições sociais em que vivem e nas marcas da desigualdade que atravessam suas trajetórias (Almeida; Marinho; Zappe, 2021).

As medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) devem ser entendidas como oportunidades de responsabilização e reconstrução de trajetórias, e não como punições. Nesse sentido, o papel do psicólogo vai além da avaliação técnica: ele contribui para a construção de processos reflexivos, espaços de escuta qualificada e fortalecimento de vínculos, atuando na mediação entre o sujeito e a rede de proteção. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2021), é fundamental que essa atuação se comprometa com os princípios da dignidade, da não discriminação e da promoção da cidadania.

Além disso, o trabalho psicológico no sistema socioeducativo deve evitar práticas que culpabilizam ou individualizam os atos infracionais. Para Bisinoto *et al.* (2015), a socioeducação deve articular dimensões pedagógicas, éticas e políticas, de modo a possibilitar ao jovem a construção de novos sentidos para sua trajetória de vida. Assim, a atuação do psicólogo se alinha a uma perspectiva de promoção da autonomia e incentivo à participação cidadã.

Outro aspecto importante é a atuação em rede. O psicólogo precisa dialogar com equipes interdisciplinares, familiares, escolas e equipamentos sociais do território. Essa articulação favorece o acompanhamento dos adolescentes em liberdade, a construção de projetos de vida e

a efetividade das medidas aplicadas. Assim, o psicólogo atua como facilitador de processos de inclusão e participação social, contribuindo para a superação de ciclos de exclusão e violência (CFP, 2021).

Por fim, apesar dos desafios, como a sobrecarga institucional e a escassez de recursos, a presença do psicólogo nesse campo se mostra essencial. Sua atuação pode transformar experiências de exclusão em possibilidades de cuidado, pertencimento e construção de novos projetos de vida, sempre orientada pelo compromisso ético com a dignidade humana.

MÉTODO

A construção do presente artigo deu-se a partir de uma experiência de estágio básico vivenciada por alunos do quarto período do curso de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Motivados pela inquietação frente aos estigmas sociais e pela busca da promoção de acolhimento, quatro universitários planejaram e executaram uma intervenção no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) localizado no município de Petrolina-PE.

A experiência descrita foi pautada nas demandas apresentadas por parte dos adolescentes institucionalizados, pela psicóloga do Case e por alguns professores da rede estadual que atuam dentro da unidade. Inicialmente, elencaram-se como temáticas centrais o baixo envolvimento escolar dos adolescentes em medida socioeducativa, bem como a falta de atividades de lazer dentro do Centro de Atendimento, uma vez que a rotina da instituição não apresenta variedade de atividades a serem realizadas.

Diante disso, formulou-se uma intervenção baseada na realização de uma gincana, desenvolvida com a colaboração dos adolescentes e professores do Case, da psicóloga supervisora e do grupo extensionista, mediante uma conversa prévia sobre ações que eles percebiam como úteis para melhorar o cotidiano dentro da instituição. A gincana foi ofertada a todos os 18 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) de Petrolina-PE. A duração da intervenção seguiu os horários disponíveis do grupo, sendo realizada uma vez por semana, durante quatro semanas.

A gincana foi composta por três etapas: cada uma delas foi apresentada à instituição e contou com a aprovação e supervisão da psicóloga responsável pela equipe de alunos.

A primeira etapa consistiu na realização de uma dinâmica de cooperação, na qual os participantes deveriam, em conjunto, colocar uma caneta dentro de uma garrafa PET utilizando vários fios de barbante para direcionar a caneta até a boca da garrafa. Posteriormente, houve

um sorteio para formar as equipes em time verde e time azul. Então, deram início a uma caça ao tesouro e o jogo “Soletrando”. Vale destacar que as atividades foram produzidas a partir de assuntos que foram previamente abordados pelos professores em sala de aula, a fim de integrar a equipe escolar na intervenção, bem como proporcionar aos alunos o reconhecimento de seus conhecimentos (teóricos e práticos) e o interesse pelos conteúdos didáticos.

A segunda etapa voltou-se para brincadeiras de lazer: jogo de “7 cacos” e uma partida de vôlei, além de um jogo rápido de perguntas e respostas sobre assuntos vistos em aula. Nesse momento, objetivou-se trazer o movimento corpóreo como forma de oportunizar o lazer e a expressão subjetiva, elementos que foram apresentados como insuficientes na coleta de demanda com os internos.

Nas duas fases as equipes acumulavam pontos conforme o desempenho em cada dinâmica. Ao final da gincana, ambas equipes foram premiadas: a equipe vencedora recebeu uma seleção de doces composta por balas, pirulito e chocolate, enquanto a segunda equipe foi contemplada com uma premiação mais simples, sem a inclusão das balas. Os materiais utilizados incluíram TNT colorido, garrafa PET, barbante, canetas esferográficas, marcador para quadro branco, papel ofício e uma bola de vôlei.

Para a terceira etapa, elaborou-se uma visita à Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), onde os adolescentes fizeram um passeio pelas instalações e puderam vivenciar algumas atividades desenvolvidas pelos grupos da instituição, ampliando seus horizontes e experiências fora do ambiente institucional. Das áreas visitadas, ressalta-se a realização de observação no bloco de laboratórios, com acesso ao Laboratório de Análise do Comportamento e ao Laboratório de Fisiologia e Farmacologia. Em seguida, a visita e a participação de uma roda de capoeira, realizada por alunos da graduação e pós-graduação em Educação Física. Por fim, foi realizada, em sala de aula, uma apresentação de como é feito o ingresso nas universidades, detalhando desde o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), até as políticas públicas de permanência oferecidas, disponibilizando um espaço para dúvidas e questionamentos, sentimentos e percepções acerca desse processo.

RESULTADOS

Sobre a vivência no âmbito socioeducativo

As experiências vividas no Centro de Atendimento Socioeducativo de Petrolina foram únicas e especiais para os estudantes de graduação. Durante a formação acadêmica em psicologia, os espaços de práticas em campo são escassos. Portanto, este relato aborda uma

atividade singular, a partir da qual se extraiu conhecimentos e habilidades ímpares. Atuar em contextos institucionais convida o profissional ou estudante de psicologia a um grande desafio: promover cuidados em saúde mental se adequando às regras e à rotina daquela instituição. Nesse aspecto, os estabelecimentos socioeducativos se destacam por possuir rotina restritiva e rígida, além de normas que obrigam o atuante a pensar possibilidades de intervenção mesmo sem muitos recursos.

Após o primeiro encontro, os estudantes foram convocados a sair da zona de conforto dos conhecimentos adquiridos em sala de aula para explorar aquilo que a instituição e os adolescentes iriam apresentar como dificuldades, expectativas, vivências e normas. Essa experiência levou a equipe a pensar criticamente acerca de sua formação e do contexto que os circundam.

Entendimentos acerca do papel da psicologia diante do contexto socioeducativo

O papel da Psicologia no contexto socioeducativo vem se consolidando como um campo de atuação que articula práticas clínicas, sociais e institucionais, em diálogo constante com a legislação, as políticas públicas e a singularidade dos adolescentes em conflito com a lei. A intervenção do psicólogo não deve ser na direção normativa e disciplinar, mas sim, assumindo um compromisso ético-político voltado à garantia de direitos e à construção de novas possibilidades de vida dentro daquele contexto (Almeida; Marinho; Zappe, 2021).

Como as normativas que regulam a socioeducação no Brasil estabelecem, esse dispositivo não é mero equipamento institucional de correção ou adaptação social. O encontro com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas evidencia a tensão entre o universal da regulação jurídica e a singularidade da posição subjetiva de cada jovem. Nessa direção, a escuta e a palavra tornam-se ferramentas fundamentais, permitindo que o sujeito inscreva algo de seu desejo para além da norma e dos protocolos institucionais (Guerra *et al.*, 2014).

A Psicologia, nesse cenário, deve atuar em diferentes frentes: na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), que busca considerar as especificidades de cada adolescente na construção de estratégias de acompanhamento e intervenções durante o período da medida socioeducativa; na criação de dispositivos grupais, culturais e artísticos que favoreçam a expressão subjetiva; e na articulação em rede com outros serviços, reconhecendo a incompletude institucional (CFP, 2010). Entretanto, desafios importantes se colocam, como a tendência de transformar o PIA em tecnologia normalizante ou em instrumento biopolítico de gestão da vida, reproduzindo lógicas racistas e excludentes que historicamente marcam a

trajetória da juventude pobre e negra no sistema socioeducativo (Mbembe, 2003; Oliveira *et al.*, 2019).

Portanto, a presença do profissional da psicologia na instituição não deve se restringir à reprodução de protocolos, mas sim sustentar seus atos como possibilidades de ruptura e deslocamento (França, 2014). Isso implica em manter a dimensão de intimidade (Ratti; Estevão, 2015), pela qual o psicólogo ocupa uma posição de proximidade e, ao mesmo tempo, de exterioridade em relação ao sujeito, permitindo que novos modos de laço e de elaboração possam emergir no espaço institucional.

Percepções acerca do lazer na instituição e impactos da intervenção nessa dinâmica

A atuação no contexto socioeducativo deve ser concebida como um espaço de tensionamento entre a norma jurídica e a singularidade do sujeito, em que a escuta e a palavra assumem centralidade para que o jovem possa inscrever algo de si para além dos protocolos institucionais (Guerra *et al.*, 2014). Tal perspectiva exige que as práticas psicológicas se sustentem em um compromisso ético-político voltado à garantia de direitos, recusando a redução do adolescente a um objeto de correção ou adaptação social, e investindo na construção de novos modos de subjetivação e laço social (Almeida; Marinho; Zappe, 2021).

Nesse horizonte, a utilização de dispositivos coletivos, culturais e educativos revelou-se na prática como uma estratégia para romper com a lógica disciplinar e com a monotonia institucional, instaurando possibilidades de expressão, criatividade e participação ativa. Tais práticas assumem relevância por instaurarem um espaço simbólico em que os jovens podem experimentar novas formas de convivência, exercitar a corresponsabilidade e construir sentidos que ultrapassam os limites da rotina institucional.

Assim, a dimensão socioeducativa se fortalece quando o trabalho desenvolvido se orienta pela promoção da cidadania e pelo reconhecimento da dignidade do sujeito, rompendo com práticas historicamente excludentes que marcam a juventude no sistema (Mbembe, 2003; Oliveira *et al.*, 2019). Ao sustentar espaços que favoreçam a elaboração subjetiva e a construção de vínculos sociais, a intervenção se constitui não apenas como acompanhamento institucional, mas como possibilidade de desenvolvimento de competências socioemocionais e de abertura para novos projetos de vida, alinhando-se aos princípios estabelecidos pelas normativas nacionais (CFP, 2010).

Portanto, entende-se que a realização da dinâmica com os jovens, possibilitou desenvolver dimensões relacionadas à construção da cidadania, do convívio coletivo e do

exercício de valores de solidariedade. Apesar das atividades de lazer estarem previstas dentro do serviço, na realidade, são atividades que possuem muitos déficits e limitações. Neste sentido, a gincana demonstrou ser uma alternativa coerente ao estímulo educativo e recreativo, ainda que em caráter pontual.

Ao participarem das atividades propostas os adolescentes demonstraram grande entusiasmo e engajamento, relatando satisfação ao planejamento. Além das contribuições já previstas, a atividade configura-se como um momento de ruptura da rotina monótona vivida pelos jovens. Não obstante, a gincana proporcionou espaço de expressão, criatividade e construção coletiva, aproximando-os da dimensão de pessoa e cidadão, conforme apontado por Costa, Alberto e Silva (2019) sobre a importância de práticas que vão além da lógica que visa apenas punição e privação.

Os momentos de lazer e educação, conforme Assis e Constantino (2005), cumprem papel relevante na atenuação do sofrimento decorrente da privação da liberdade. Assim, a gincana não é apenas lazer, tratam-se de experiências que promovem socialização, cooperação e aprendizagens que podem reverberar na ressignificação de trajetórias, fortalecendo dimensões socioeducativas e potencialmente contribuindo para a redução de reincidência no sistema (Rizzini; Couto, 2021).

Ainda, Oliveira *et al.* (2020) observam que é fundamental que o esporte seja devidamente integrado ao contexto educacional, aproveitando suas potencialidades. Através de uma abordagem pedagógica adequada, é possível criar ambientes que estimulem não apenas o desenvolvimento físico, mas também o pensamento crítico e reflexivo dos praticantes. Essa perspectiva foi vista durante a intervenção realizada, onde observou-se que o esporte atuou como uma ferramenta eficaz para promover a cidadania e a formação completa dos adolescentes institucionalizados. Durante os jogos propostos, esses jovens demonstraram o exercício de práticas adaptativas em momentos de conflitos, revelando avanços significativos na capacidade de resolução de conflitos e no convívio coletivo.

Assim, compreende-se que a gincana, ainda que marcada por limitações materiais e institucionais, mostrou-se como dispositivo pedagógico e psicológico de relevância. Ao estimular a participação coletiva, a cooperação e a corresponsabilidade, contribuiu para a formação cidadã dos adolescentes, alinhando-se aos princípios da dignidade, da não discriminação e da promoção da cidadania, fundamentais no trabalho socioeducativo. Ademais, ao passo que propicia o desenvolvimento de competências socioemocionais e amplia suas

potencialidades, os adolescentes ficam mais preparados para lidar com problemas do cotidiano e construir relações saudáveis.

CONCLUSÃO

A experiência no Centro de Atendimento Socioeducativo de Petrolina-PE possibilitou a compreensão prática, a complexidade da atuação psicológica em contextos de privação de liberdade, sobretudo, em espaços marcados pela escassez de recursos e a sobrecarga institucional. Nesse contexto, as atividades realizadas, como a gincana e a visita à Universidade, mostraram-se eficazes para alcançar o objetivo de promover experiências de socialização, lazer e reflexão, demonstrando que a inserção de práticas coletivas é capaz de ampliar o repertório dos adolescentes e favorecer o sentimento de pertencimento. Além disso, a experiência reforçou a importância de intervenções que, mesmo diante de limitações estruturais, consigam despertar perspectivas de futuro e criar espaços de diálogo.

Contudo, apesar dos efeitos positivos, a experiência também evidenciou a necessidade de utilização de estratégias que garantam continuidade e maior diversidade às práticas socioeducativas. Nesse sentido, atividades culturais, artísticas e rodas de diálogo sistemáticas poderiam, além de favorecer a escuta qualificada, potencializar a expressão de subjetividades, fortalecendo a dimensão emancipatória da socioeducação. Além disso, o acompanhamento prolongado se mostra necessário para avaliar impactos concretos sobre a motivação escolar, o desenvolvimento socioemocional e a construção de projetos de vida, elementos fundamentais para a redução da reincidência e para a efetiva reinserção social.

No âmbito da formação acadêmica, a vivência revelou-se fundamental, pois proporcionou contato com um campo ainda pouco explorado na graduação. Ao exigir estratégias criativas diante das limitações materiais e institucionais, os estudantes puderam articular teoria e prática, reafirmando o compromisso ético-político da Psicologia. Portanto, a experiência contribuiu para ampliar a compreensão acerca dos atravessamentos sociais que constituem a subjetividade e reforçou a importância da inserção de práticas extensionistas que aproximem a universidade da realidade social.

Por fim, a experiência reforça que a presença do psicólogo no sistema socioeducativo é estratégica para promover processos de escuta, reflexão e protagonismo entre os adolescentes. Ao criar oportunidades de participação, a atuação profissional contribui não apenas para o desenvolvimento individual, mas também para a construção de práticas e políticas que tornem a socioeducação mais inclusiva, significativa e orientada à cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sara P. D.; MARINHO, Juliana da R. ZAPPE, J. G. Atuação do Psicólogo com Adolescentes que Cumprem Medida Socioeducativa: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 51-72, 2021.

ASSIS, Simone G. de; CONSTANTINO, Patrícia. **Filhas do mundo: infrações e medidas socioeducativas a partir da voz dos adolescentes**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

BISINOTO, Cynthia *et al.* **Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo**. *Psicologia em Estudo*, v. 20, n. 4, p. 543-553, 2015.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação**. Brasília, DF: CFP, 2010

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no âmbito das Medidas Socioeducativas**. Brasília: CFP/CREPOP, 2021.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). **Resolução nº 119/2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências**, 2006. Brasília, DF.

COSTA, Jéssica E. M.; BRASIL, Katia T.; GANEM, Valérie. O Desafio do trabalho com adolescentes em conflito com a lei: intervenção em psicodinâmica do trabalho. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 2, p. 165-173, 2017.

COSTA, Cibele S. da S.; ALBERTO, Maria de F. P. ; SILVA, Eralayne B. F. de L. Vivências nas Medidas Socioeducativas: Possibilidades para o Projeto de Vida dos Jovens. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

FRANÇA, Wilker. Ato analítico e instituição: uma interlocução possível? **Opção Lacaniana**, vol. 13, no. V, 2014.

GUERRA, Andréa. M. C. *et al.* Risco e Sinthome: A Psicanálise no Sistema Socioeducativo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 171–177, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, 2016.

OLIVEIRA, Lucas C. P.; MOREIRA, Jacqueline de O.; SILVA, Bráulio F. A.; MARINHO, Frederico C.; SOUZA, Juliana M. P. (2019). Curso de vida, adolescentes e criminalidade: Uma leitura a partir do PIA. **Psicologia & Sociedade**, 31, e210441.

OLIVEIRA, Ueliton P. de; CONCEIÇÃO, Willian L.; OLIVEIRA, Raul A. C.; GRUNNENVALDT, José T.; REVERDITO, Riller S. O Esporte e o Lazer em Contextos de Medidas Socioeducativas no Brasil: Panorama e Análise da Produção Científica. **LICERE -**

Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 23, n. 4, p. 249–277, 2020.

PADOVANI, Andréa S.; RISTUM, Marilena. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 4, p. 969–984, 2013.

PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO**. 2020.

RATTI, Fabiana; ESTEVÃO, Ivan. Instituição e ato psicanalítico em sua extimidade. **Opção Lacaniana**, vol. 18, no. VI, 2015.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata. **Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2021.